

Frederico Branco nº41115

**Aliança Luso-britânica: uma aliança de interesses comuns?**

Universidade Fernando Pessoa  
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

Porto, 2024



Frederico Branco nº41115

**Aliança Luso-britânica: uma aliança de interesses comuns?**

Universidade Fernando Pessoa  
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

Porto, 2024

Frederico Branco

**Aliança Luso-britânica: uma aliança de interesses comuns?**

(Assinatura)

---

Trabalho apresentado à Universidade Fernando Pessoa, como parte dos requisitos para obtenção do grau de licenciatura, em Ciência Política e Relações Internacionais, com orientação da Professora Doutora Judite de Freitas.

## **Agradecimentos**

A realização deste projeto e a própria graduação e finalização de uma passagem pela vida académica no contexto desta licenciatura, contou com o apoio e incentivos com os quais esta não se poderia tornar realidade.

À Professora Doutora Judite Gonçalves de Freitas pelo seu apoio, disponibilidade, o saber que transmitiu, pelo rigor, pela ajuda prestada e conselhos.

Ao Professor Doutor João Casqueira, orientador do meu estágio, o qual me acompanhou e ensinou e muniu-me de diversas formas de pesquisa e trabalho que foram uteis no desenvolvimento deste projeto.

À coordenadora do curso, na pessoa da Professora Doutora Ana Campina, pelos conselhos e incentivos.

A todos os professores que ao longo do ano me lecionaram as cadeiras que culminaram aqui no final na elaboração deste projeto.

Ao Núcleo de Estudantes de Ciência Política e Relações Internacionais pelo crescimento pessoal e experiências conquistadas ao longo da minha passagem académica.

Aos meus colegas de curso, com um especial obrigado à Barbara Rocha, Filipa Peixoto, João Daniel, Mariana Sousa, Margarida Gomes.

Ao José Pedro e ao Carlos Xavier, amigos de infância que me apoiaram e estão sempre presentes na minha vida por muito que os anos passem.

Aos meus pais, que nunca desistiram e me apoiaram sempre.

Por último à Diana Ferreira, que me apoiou, me puxou ao longo destes anos, pelos conselhos e pela força, pela confiança em mim, por sempre acreditar em mim.

A ela dedico este trabalho.

## **Resumo**

No passado ano de 2022 celebraram-se os 650 anos de aliança luso-britânica. A diplomacia foi evoluindo ao longo do tempo, transformando-se em uma atividade de especialistas dotados de competências para dirimir eventuais conflitos e salvaguardar a união entre Estados amigos. Durante a Idade Média e o Renascimento, os casamentos reais e as alianças matrimoniais eram comuns para reforçar as relações entre os Estados. Na época moderna, ocorreu o estabelecimento de relações diplomáticas permanentes entre Estados soberanos, contribuindo para formalizar as relações internacionais. Na era contemporânea desenvolveu-se a diplomacia de contenção, a diplomacia da conferência e a diplomacia “secreta”, envolvendo conversações e negociações não oficiais. O intuito deste trabalho é o de conhecer o conjunto de acordos e medidas de aproximação luso-britânica ao longo dos séculos, mas também o desenvolvimento das relações interestatais. Metodologicamente procedeu-se a uma pesquisa de bibliografia de referência no google Scholar, na Biblioteca Pública de Matosinhos, na B-on da UFP e em sites de referência. O método de pesquisa é essencialmente descritivo por se ajustar à matéria em estudo.

**Palavras-chave:** História da Diplomacia; Tratados; Crises; Alianças; Portugal; Reino Unido.

## **Abstract**

The year 2022 was celebrated as the 650th anniversary of the Luso-British alliance. Diplomacy has evolved over time, becoming an activity of specialists with the skills to resolve any conflicts and safeguard the union between friendly states. During the Middle Ages and the Renaissance, royal marriages and marriage alliances were common to strengthen relations between states. In modern times, permanent diplomatic relations were established between sovereign states, helping to formalise international relations. The contemporary era saw the development of containment diplomacy, conference diplomacy and ‘secret’ diplomacy, involving unofficial talks and negotiations. The aim of this work is to find out about the set of agreements and measures to bring the Portuguese and British closer together over the centuries, as well as the development of inter-state relations. Methodologically, a reference bibliography was searched on google scholar, the Matosinhos Public Library, the UFP's B-on and reference websites. The research method is essentially descriptive as it fits the subject under study.

**Key-words:** History of Diplomacy; Treaties; Crises; Alliances; Portugal; United Kingdom.

## Índice geral

Agradecimentos .....	iv
Resumo .....	v
Abstract.....	vi
Índice de Figuras .....	viii
Introdução.....	1
1. Os alvores da Aliança Luso-Britânica.....	3
1.1 O Tratado de 1294 .....	4
1.2 O Tratado de Tagilde .....	5
1.3. O Tratado de Londres .....	7
2. Windsor: a grande viragem nas relações luso-britânicas.....	8
3. Período Filipino (1580-1640).....	10
4. O Tratado de Methuen.....	11
5. O Tratado de Comércio Luso-Britânico de 1810 .....	14
6. Portugal-UK 650 .....	17
Conclusão .....	19
Bibliografia.....	21

## **Índice de Figuras**

Figura 1 - Tratado de Tagilde, 1372.....	6
Figura 2 - Tratado de Windsor, 1386.....	9

## **Introdução**

Este trabalho de projeto de graduação tem como tema principal uma perspectiva diacrónica da aliança entre Portugal e o Reino Unido. O tema reveste-se de um relevante e significativo peso na história da diplomacia lusa, encontrando-se alinhado com os objetivos do curso de Ciência Política e Relações Internacionais. Este é, pois, o principal motivo da nossa escolha, para além do desejo de conhecermos em detalhe o percurso desta “velha” relação diplomática entre os dois Estados.

Os objetivos principais da execução deste são os de conhecer mais aprofundadamente as conjunturas políticas, económicas e sociais em que se celebraram tratados, negociações e gestão de crises entre estes países e os avanços e condicionalismos que se verificaram no concerto entre duas nações, ajudando-nos a compreender melhor as relações internacionais e a evolução da geopolítica europeia.

A questão de partida deste projeto é a de saber em que medida os acordos e tratados celebrados com a Inglaterra tiveram um impacto positivo para a afirmação de Portugal no contexto europeu e internacional e em que medida esta longa aproximação entre os dois Estados teve presente interesses comuns.

As relações entre Portugal e a Inglaterra têm profundas raízes históricas que remontam aos séculos medievais. Esta aliança é uma das alianças mais antigas do mundo que se encontra ainda em vigor e tem sido renovada várias vezes ao longo dos séculos.

Durante o século XIV, Portugal e a Inglaterra, que mais tarde se tornaria o Reino Unido, estabeleceram laços comerciais e diplomáticos, com o Tratado de Windsor, assinado em 1386; constituindo este tratado um marco muito importante nas relações entre os dois países, tanto mais que a aproximação entre ambos recua a séculos anteriores ao contexto peninsular de ameaça do reino de Castela relativamente a Portugal.

Ao longo dos anos, Portugal e o Reino Unido cooperaram em várias áreas, incluindo o comércio, a política e a defesa. Durante as Guerras Napoleónicas, Portugal e o Reino Unido foram aliados contra as forças francesas, tendo a presença britânica sido fundamental para a defesa de Portugal. No século XX, durante a I Grande Guerra Mundial mundiais, Portugal e o Reino Unido estiveram do mesmo lado, sendo aliados (Tríplice Entente) na luta contra a Alemanha e os seus aliados.

Além disso, ambos os países são membros da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte), o que fortalece ainda mais os laços de defesa entre eles.

Na atualidade, a aliança luso-britânica continua a ser importante, visto que os dois países cooperam em questões como comércio, segurança e assuntos internacionais.

Vale a pena ressaltar que, embora existam laços históricos e uma cooperação significativa entre Portugal e o Reino Unido, como em qualquer relação internacional, também existem crises e desafios que podem surgir de tempos a tempos. É sobre estes assuntos que nos debruçaremos neste projeto de graduação.

A metodologia de aproximação ao tema assentou na pesquisa de bibliografia especializada, artigos científicos e livros em repositórios institucionais e no google académico. O método utilizado na elaboração deste projeto é o método descritivo e a perspectiva de abordagem essencialmente qualitativa.

.

## 1. Os alvares da Aliança Luso-Britânica

Os fundamentos jurídicos da aliança Luso-Britânica encontram-se em três tratados durante este período: o Tratado de Tagilde (10 de julho de 1372), o Tratado de Londres (16 de junho de 1373) e o Tratado de Windsor (de 9 de maio de 1386).

O início formal da aliança Luso-Britânica, a mais antiga aliança diplomática ainda em vigor, remonta à segunda metade do século XIV, ainda que a aproximação entre os dois países recue ao século XII. A amizade Luso-Britânica antecede-a em, pelo menos, dois séculos.

Do século XII é conhecido o episódio da Segunda Cruzada. Em 1147, um grupo de cruzados oriundos do Inglaterra e do norte da Europa no seu caminho para a Terra Santa, aportam no Porto e vão ajudar D. Afonso Henriques a reconquistar Lisboa. Depois da cidade ser reconquistada a maioria dos cruzados seguiu para a Terra Santa, enquanto outros ficaram em Portugal. Foi o caso de um grupo de ingleses, de entre os quais se destaca Gilbert de Hastings, que, integrando o grupo de cruzados ingleses com destino à Terra Santa, participou na conquista de Lisboa. Em recompensa pelos seus serviços será o bispo de Lisboa (1147-1166), tendo sido ordenado pelo Arcebispo de Braga, D. João Peculiar, a quem jurou reverência e obediência (Mattoso, 2007). Com efeito, Gilbert de Hastings foi um clérigo inglês que desempenhou um papel importante na história de Portugal durante o século XII, ao ser nomeado bispo de Lisboa, após a conquista da cidade por parte das forças cristãs durante a Reconquista Cristã. O bispo Gilbert de Hastings é conhecido pelo seu papel na reconstrução da cidade de Lisboa após a reconquista dos mouros. Foi responsável por supervisionar a restauração da catedral de Lisboa (conhecida como Sé de Lisboa), que havia sido parcialmente destruída durante os anos de domínio muçulmano. Sob sua liderança, a catedral foi reformada e ampliada em estilo gótico. Além disso, Gilbert de Hastings desempenhou um papel ativo na administração eclesiástica e na promoção da fé cristã em Lisboa e nas regiões circundantes. Ele também é lembrado pela sua contribuição na promoção da cultura e da educação, apoiando a fundação de escolas e mosteiros na região (Tyerman, 2007).

Desde este episódio que a amizade entre os dois países se manteve, ainda que com períodos de maior e menor proximidade. Esta amizade é atestada em duas cartas, datadas de junho de 1199, nas quais o rei João de Inglaterra já se refere ao rei de Portugal como *karissimi fratris nostri & amici Regis Portugalen* e ordena que os

representantes diplomáticos de Portugal sejam recebidos com as maiores. As relações comerciais foram reforçadas pelo tratado Luso-Britânico de 1352, assinado entre o Rei Eduardo III e Afonso Martins Alho, este último em representação dos mercadores e marinheiros de Portugal.

É na segunda metade do século XIV que as relações entre ambos os países ganham maior estabilidade.

### **1.1 O Tratado de 1294**

A Inglaterra é o país com o qual Portugal tem as suas relações de amizade e cooperação mais antigas.

As relações entre Portugal e Inglaterra remontam a tempos anteriores à própria fundação de Portugal. Durante a Reconquista Cristã, os primeiros reis portugueses contaram com a ajuda de cruzados, incluindo cavaleiros ingleses, na tomada de Lisboa. Desta forma, o intercâmbio passava-se já a diversos níveis quando foi assinado o primeiro tratado luso-britânico, em 1294, por D. Dinis (1279-1325) e Eduardo I (1239-1307). Este tratado visava proteger o comércio feito pelos súbditos dos dois monarcas.

O tratado de 1294 entre Portugal e Inglaterra foi um acordo que prefigurou a longa aliança entre os dois países, que mais tarde seria formalizada pelo mais conhecido *Tratado de Windsor* de 1386.

Este tratado inicial foi motivado por interesses mútuos em termos de segurança e comércio. Naquela época, as nações europeias estavam em constante competição por territórios e influência, e alianças como esta eram essenciais para a sobrevivência e prosperidade dos reinos.

Portugal, situado na periferia da Europa, buscava parceiros para ajudar a proteger suas fronteiras e rotas comerciais marítimas. A Inglaterra, por sua vez, estava interessada em garantir o acesso aos mercados portugueses e às rotas de navegação para o Atlântico. O tratado de 1294 foi um passo estratégico para ambos os reinos, visando fortalecer suas posições contra adversários comuns e expandir suas oportunidades comerciais.

Além disso, a aliança foi reforçada por laços dinásticos e casamentos entre as famílias reais, o que era uma prática comum para consolidar acordos políticos e garantir a lealdade entre os países. Esses fatores, juntamente com a necessidade de apoio militar e

diplomático, contribuíram para a criação do tratado de 1294 e estabeleceram as bases para uma das alianças diplomáticas mais duradouras da história (Porto Editora, 2024).

## **1.2 O Tratado de Tagilde**

No contexto das relações políticas e militares na Península Ibérica durante a Idade Média, o Tratado de Tagilde foi um acordo importante. Portugal e Castela eram dois reinos poderosos da Península Ibérica, cuja competição por territórios e recursos era comum entre eles, o que por vezes conduzia a conflitos armados.

Durante este período, a Península Ibérica foi marcada pela instabilidade política e pelas lutas dinásticas. As disputas sucessórias e as ambições expansionistas contribuíram para a tensão entre os diferentes reinos. No século XIV, o Reino de Aragão, sob o reinado de Pedro IV (1336-1387), também conhecido como Pedro, o Cerimonioso, emergiu como uma potência na Península Ibérica. Pedro IV procurou expandir a sua influência e território, o que o colocou frequentemente em conflito com Portugal e Castela. A necessidade de alianças estratégicas face à ameaça que o Reino de Aragão representava para Portugal e Castela, ambos os reinos reconheceram a necessidade de formar alianças defensivas para proteger os seus interesses comuns e contrariar as ambições expansionistas de Aragão e de Castela.

Celebrado no contexto da Guerra dos cem anos (1337-1453) em que a Inglaterra e a França lutavam entre si e que se estendeu também a Castela onde ocorria a disputa de dois irmãos ao trono. Por um lado, D. Pedro que tinha sido despojado da coroa castelhana por D. Henrique de Trastâmara (1369-1379), mais tarde Henrique II, irmão ilegítimo, que tinha logrado o apoio da França. O Tratado de Tagilde foi negociado e assinado em 10 de julho de 1372, na Igreja de S. Salvador de Tagilde (município de Vizela, distrito de Braga), entre o rei D. Fernando I (1369-1383) de Portugal e os representantes de João de Gante, Duque de Lencastre e quarto filho do rei Eduardo III de Inglaterra. Este tratado sela a aliança destes dois pretendentes ao trono castelhano e é considerado o preâmbulo da aliança que ainda hoje vigora. Este acordo é considerado um dos principais tratados que levaram à formação da aliança anglo-portuguesa, a aliança mais antiga do mundo, ainda em vigor. No pacto, Portugal comprometeu-se a ajudar João de Gant, tanto por mar como por terra, contra Henrique II de Castela.

O rei português não poderia adquirir quaisquer terras nos senhorios de Castela. No entanto, no reino de Aragão, as terras seriam daquele, D. Fernando ou João de Gante, que primeiro as conquistasse.

Em 2022, a Câmara de Vizela conseguiu uma cópia do tratado luso-britânico durante uma visita aos Arquivos Nacionais do Reino Unido<sup>1</sup>. Esta cópia é agora um testemunho importante da aliança Luso-Britânica, marcando duas datas simbólicas da sua fundação: a assinatura do Tratado de Tagilde e do Tratado de Londres.

Junto à igreja matriz de Tagilde, encontra-se um elegante padrão em pedra desde 1953 que memoriza o ato entre os dois países.

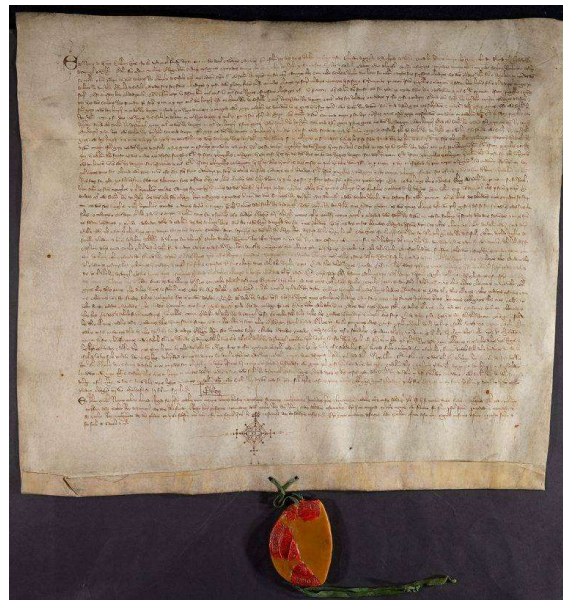


Figura 1 - Tratado de Tagilde, 1372.

Fonte: <https://portugal-uk650.com/alianca-luso-britanica/>

### **1.3. O Tratado de Londres**

O tratado de Paz, Amizade e Aliança, firmado de forma perpétua em 16 de junho de 1373 na Catedral de São Paulo, entre o rei D. Fernando I e D. Leonor de Portugal e o rei Eduardo III de Inglaterra, é considerado o alicerce principal da aliança Luso-Britânica no campo jurídico. Este pacto faz referência ao Tratado de Tagilde como antecedente.

Das quatro cláusulas destacam-se a declaração de paz, amizade, união e aliança mútuas e perpétuas entre as partes; o compromisso de não estabelecer amizade com os inimigos, rivais e perseguidores da outra parte; e a obrigação mútua de prestar auxílio militar ou outro tipo de ajuda em caso de necessidade de defesa do reino, províncias, domínios e lugares contra ofensas, opressão e invasão por terra ou mar.

Desde então, o tratado nunca passou por revisões, sendo confirmado em várias ocasiões subsequentes, como em 1386, 1643, 1654, 1660, 1661, 1703, 1815 e através de uma declaração secreta em 1899. Durante a Segunda Guerra Mundial, o tratado foi novamente ativado, com Portugal permanecendo neutro em acordo com a Grã-Bretanha, que optou por não envolver a Península Ibérica no conflito até 1943, quando foi plenamente reativado pelo Governo Nacional de Winston Churchill.

Embora o tratado esteja tecnicamente em vigor há quase 650 anos, não significa que tenha sempre sido implementado, já que os dois países raramente se encontraram em guerra.

## **2. Windsor: a grande viragem nas relações luso-britânicas**

A assinatura do Tratado de Windsor, em 1386, foi um marco significativo nas relações entre Portugal e a Inglaterra e estabeleceu uma aliança militar e diplomática que perdura até aos dias de hoje. A aliança teve origem num conjunto vasto de fatores e acontecimentos históricos, nomeadamente a independência de Portugal. No último quartel século XIV, Portugal estava a lutar pela sua independência relativamente ao Reino de D. João I, o primeiro rei da Dinastia de Avis, estava determinado a consolidar a independência do seu reino e buscar aliados estratégicos para fortalecer a posição de Portugal na Cristandade Latina. Portugal enfrentava ameaças constantes, especialmente da vizinha Castela, e reconhecia a importância de contar com aliados poderosos para proteger os seus interesses e sua independência. Uma aliança com a Inglaterra oferecia uma oportunidade para obter apoio militar e diplomático em caso de conflitos. Por outro lado, tanto Portugal quanto a Inglaterra partilhavam interesses comerciais e marítimos, especialmente no contexto das rotas comerciais e da exploração marítima durante a génese da Era dos Descobrimentos (1415, conquista de Ceuta). Uma aliança poderia fortalecer esses laços económicos e abrir novas oportunidades comerciais para ambas as nações.

Um aspeto significativo do Tratado de Windsor foi o acordo de casamento entre D. João I de Portugal e Filipa de Lencastre, filha do Duque de Lencastre, que mais tarde se tornou o rei Henrique IV de Inglaterra. Esse casamento fortaleceu os laços dinásticos entre as duas nações e contribuiu para o estabelecimento de uma aliança duradoura.

O Tratado de Windsor, assinado em 1386, formalizou essa aliança entre Portugal e a Inglaterra, estabelecendo as bases para uma cooperação militar e diplomática que resistiu ao teste do tempo e sobreviveu a uma série de desafios ao longo dos séculos. Essa aliança foi reforçada por uma série de tratados e acordos posteriores, estabelecendo uma parceria duradoura baseada em interesses mútuos e valores compartilhados.

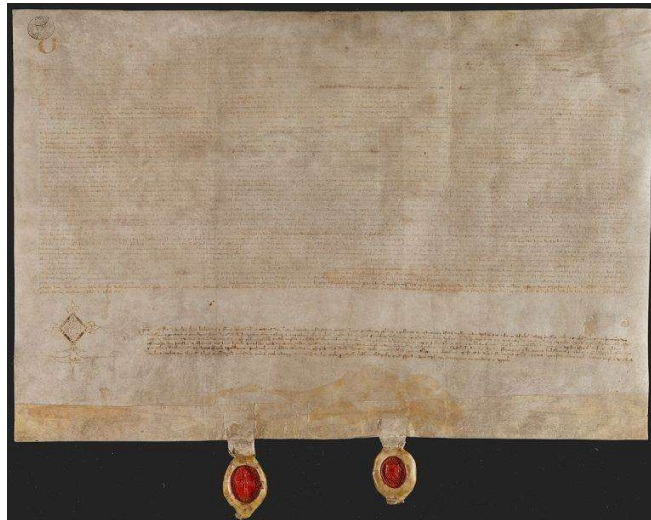


Figura 2 - Tratado de Windsor, 1386.

Fonte: <https://portugal-uk650.com/alianca-luso-britanica/>

### 3. Período Filipino (1580-1640)

"Período Filipino" da história de Portugal (1580-1640), refere-se ao tempo em que Portugal esteve sob domínio da Espanha da dinastia Habsburgo, a relação entre Portugal e a Inglaterra foi bastante complexa e multifacetada. Este período foi marcado pela união das coroas de Portugal e Espanha sob o reinado de Filipe II da Espanha (também conhecido como Filipe I de Portugal), que se tornou Filipe I de Portugal em 1581 após a Crise de Sucessão Portuguesa.

A aliança luso-britânica durante o período filipino foi influenciada por uma série de fatores políticos, económicos e militares. Embora as relações entre os dois países fossem complexas e conflituosas, também houve momentos de cooperação e colaboração, especialmente quando os interesses mútuos se alinhavam contra ameaças comuns.

Durante esse período, Portugal enfrentou uma série de desafios, incluindo a perda de sua independência política, a imposição de políticas económicas e administrativas espanholas e a supressão da sua autonomia. A aliança luso-britânica durante o período filipino sofreu o impacto da difícil relação entre a Inglaterra e a Espanha que desguarneceu e descurou as possessões coloniais portuguesas colocando-as mais acessíveis aos concorrentes, v.g. guerra luso-holandesa entre outras (Cardim et al., 2013). Os momentos de cooperação e colaboração Portugal e Inglaterra surge apenas no contexto de interesses comerciais e políticos partilhados.

Algumas das dinâmicas que caracterizaram a relação luso-britânica durante o período filipino incluem, nomeadamente a concorrência comercial. Portugal e a Inglaterra competiam pelos mesmos mercados e rotas comerciais, especialmente no contexto do comércio com as Índias Orientais e o Brasil. Isso levou a rivalidades comerciais, mas também a oportunidades de colaboração em certos momentos. Durante o período filipino, a Inglaterra estava frequentemente em conflito com a Espanha – guerra anglo-espanhola -, que estava sob o mesmo monarca que Portugal. A Inglaterra viu Portugal como um aliado potencial na luta contra a hegemonia espanhola na Europa e nos mares. Tanto Portugal quanto a Inglaterra procuravam expandir os seus impérios coloniais e garantir acesso aos recursos e riquezas das colónias além-mar. Isso levou a uma competição e, por vezes, a acordos comerciais e alianças estratégicas para garantir vantagens mútuas. Por seu lado, as ameaças de piratas e corsários espanhóis, desenvolveram ações de cooperação para proteção mútua.

#### **4. O Tratado de Methuen**

Também conhecido como Tratado de Panos e Vinhos, o Tratado de Methuen foi um acordo comercial assinado entre Portugal e Grã-Bretanha em 27 de dezembro de 1703. Este acordo vigorou entre 1703 e 1836. De acordo com o tratado, Portugal abriu sua economia à importação dos produtos britânicos (geralmente produtos manufaturados caros). Em contrapartida, os britânicos fizeram o mesmo, porém aos vinhos portugueses.

O nome do tratado está relacionado ao nome do político e embaixador inglês, John Methuen, que intermediou as negociações entre os dois países.

Do lado português estiveram presentes o duque de Cadaval e o marquês de Alegrete, ambos grandes proprietários vinhateiros. Do lado inglês, esteve o embaixador extraordinário John Methuen. Este tratado foi, posteriormente, ratificado pelo Parlamento inglês. Em Portugal, em abril de 1704, foi revogada a lei "pragmática" que proibia o uso de tecidos ingleses. A partir de 1705, esta regalia estendeu-se também aos tecidos holandeses e franceses, situação que desagradou aos ingleses. A principal consequência deste tratado foi o abandono da política de fomento industrial do conde de Ericeira.

O tratado foi extremamente desfavorável à economia portuguesa, pois os ingleses puderam exportar para Portugal, e sua colônia na América (Brasil), grandes quantidades de produtos têxteis de alto valor, além de outros manufaturados. Embora os vinhos portugueses tenham entrado facilmente no mercado britânico, a diferença entre exportações e importações (balança comercial) foi amplamente favorável aos ingleses.

A expressiva desigualdade financeira, resultante das relações comerciais (estabelecidas pelo tratado) entre Portugal e Inglaterra, aprofundou a crise econômica portuguesa.

Favoreceu o processo de Revolução Industrial na Inglaterra, que estava em gestação, ampliando a produção têxtil deste país, assim como as exportações de produtos manufaturados. Logo, o tratado foi amplamente favorável aos interesses econômicos britânicos, designadamente:

- Aumento da dependência econômica de Portugal em relação à Inglaterra.

- Aumento da dívida externa de Portugal em relação à Inglaterra. Neste contexto, grande parte do ouro, que os portugueses retiraram do Brasil no século XVIII, foi parar na Inglaterra para cobrir estas dívidas.
- O acordo dificultou e prejudicou enormemente o desenvolvimento industrial português no século XVIII. Isto ocorreu, pois, os tecidos ingleses eram produzidos com qualidade superior aos portugueses. Com as vantagens fiscais, os produtos têxteis ingleses acabaram dominando o mercado de Portugal, estagnando a indústria de manufaturados portugueses que estava em processo de gestação.
- Os produtos manufaturados ingleses chegaram também ao Brasil (que era colônia de Portugal) com preços elevados. Além de ter colaborado para a inviabilização do desenvolvimento industrial do Brasil, o Tratado de Methuen gerou dificuldades de acesso de grande parte da população brasileira (em função dos altos preços) aos produtos manufaturados, pois somente os mais ricos podiam comprar.

Este estabelecia:

“Art. 1. Sua Sagrada Magestade ElRey de Portugal promette tanto em Seu próprio Nome, como no de Seus Sucessores, de admitir para sempre d’aqui em diante no Reyno de Portugal, os Panos de lã, e mais fabricas de lanificio de Inglaterra, como era costume até o tempo que forão prohibidos pelas Leys, não obstante qualquer condição em contrario.

Art. II. He esitpulado, que Sua Sagrada e Real Magestade Britannica, em Seu próprio Nome, e no de Seus Sucessores será obrigada para sempre, d’aqui em diante, de admittir na Gram Bretanha os Vinhos do producto de Portugal, de sorte que em tempo algum (haja Paz ou Guerra entre os Reynos de Inglaterra e de França) não se poderá exigir de Direitos de Alfandega nestes Vinhos, ou debaixo de qualquer outro Título, directa ou indirectamente, ou sejam transportados para Inglaterra em Pipas, Toneis, ou qualquer outra vasilha que seja; mais que o que se costuma pedir para igual quantidade, ou de medida de Vinho de França, diminuindo ou abatendo huma terça parte do Direito de costume. Porem, se em qualquer tempo esta dedução, ou abatimento de Direitos, que será feito, como acima he declarado, for por algum modo infringido e prejudicado, Sua Sagrada Majestade Portuguesa poderá, justa e legitimamente, prohibir de lã, e todas as mais fabricas de lanificio de Inglaterra.

Art III Os Ex.<sup>mos</sup> Senhores Plenipotenciarios promettem, e tomão sobre si, que Seus Amos acima mencionados ratificarão este Tratado, e que dentro do termo de dous Mezes se passarão as Ratificações.” (Ramos, 2023, p. 103).

## 5. O Tratado de Comércio Luso-Britânico de 1810

O Tratado de Comércio Luso-Britânico de 19 de fevereiro de 1810 é o resultado de uma medida tomada por D. João VI logo que se efetivou a transferência da corte para o Brasil: a abertura dos portos brasileiros às nações amigas e a possibilidade de se poder transacionar qualquer espécie de mercadoria, salvo algumas que eram objeto de monopólio da coroa portuguesa. Assim, as mercadorias não tinham de entrar nos portos portugueses e serem sujeitas a impostos alfandegários. O comércio direto com o Brasil era deveras vantajoso para a Inglaterra, o principal país comprador e vendedor relativamente às mercadorias portuguesas. Este facto veio alterar os níveis de exportação e importação entre Portugal e Brasil, diminuindo o seu volume.

A elaboração e assinatura do tratado está de acordo com uma política de concorrência comercial na qual a Inglaterra saía como grande beneficiada, podendo assim levar por diante o desenvolvimento assente na Revolução Industrial através do aumento de exportações. Ocorre após outro tratado que tinha sido assinado em outubro de 1807 e da carta régia de janeiro de 1808 (Infopédia, 2022).

Mais uma vez a Inglaterra ficava numa posição privilegiada, colocando Portugal na sua dependência. O tratado fixava direitos de importação muito favoráveis aos produtos ingleses, nomeadamente os lanifícios, que ao longo do tempo não acompanharam a subida das taxas aplicadas aos produtos portugueses, como foi o caso do vinho.

A 19 de Fevereiro de 1810, é assinado o Tratado de Comércio e Navegação, negociado por Lord Strangford, que entrega à Grã-Bretanha o comércio do Brasil. Portugal, com o intuito de minimizar as consequências, tenta negociar um tratado político, para além do comercial, mas sem que o tenha chegado a negociar.

Com o tratado de 1810 inicia-se uma fase de comércio liberal, com vantagem exclusiva para os britânicos. A Grã-Bretanha passa a beneficiar diretamente dos produtos do Brasil, sem intermediação da metrópole, e paga 15% de taxas aduaneiras, contra 16% pagas pelos comerciantes portugueses. Este tratado, como se lê no seu texto, adota um “sistema liberal de Comercio fundado sobre as bases de reciprocidade e mútua conveniência” (Soares Martinez, 2010, p. 13). Esta reciprocidade encontra-se apenas no papel, porque na realidade estamos perante um tratado desigual que acentua a dependência portuguesa perante a ajuda militar e financeira britânica. Como refere Soares Martinez, “Portugal não dispunha nem de indústrias nem de marinha mercante nem de capitais que lhe

permitissem beneficiar de uma teórica reciprocidade de tratamento nos territórios britânicos” (Soares Martinez, 2010, p. 13). Se algumas fações da intelectualidade e governação portuguesa pensaram que com este tratado haveria benefícios para o Brasil pela supressão da intermediação da Metrópole, logo se aperceberam que os lucros da Metrópole passaram para as mãos de Britânicos e não para os comerciantes brasileiros.

Como refere Soares Martinez (2010, p. 14), “na base do tratado de 1810, a Inglaterra, com dificuldades sérias para escoar a sua produção, em consequência da guerra e do bloqueio continental, tudo passou a exportar para o Brasil. Parece que até patins para o gelo. E as matas brasileiras do litoral foram devastadas para alimentar as indústrias de mobiliário da Inglaterra”.

Pelo tratado de 1810, que constitui uma vitória do Conde de Strangford, e que vai para além das instruções dadas pelo Secretário dos Negócios Estrangeiros inglês, Lord Canning, são conseguidas outras concessões adicionais com relevo comercial, como o direito de vender a varejo; a responsabilização da Coroa portuguesa por danos ou perdas de produtos depositados na alfândega; facilidades aduaneiras e outros direitos, como a transferência para o Brasil da jurisdição especial consubstanciada no juiz conservador da nação inglesa.

O artigo manifesta uma desigualdade de tratamento, ao serem concedidos por Portugal privilégios aos cidadãos britânicos que não são estendidos a nacionais de outros estados, e ao não serem concedidos iguais privilégios a portugueses pelo Governo britânico. Com efeito, o tratado é claro a este respeito, a Grã-Bretanha concede aos portugueses direitos iguais aos que reconhece a outros estrangeiros e, ao invés, os britânicos em Portugal vão beneficiar de um privilégio de foro, específico para a nação britânica.

O privilégio de foro concedido a estrangeiros, em especial a britânicos, foi revisto pela Lei de 19 de janeiro de 1776 que concede aos estrangeiros o privilégio de terem juízes privativos, as denominadas conservatórias estrangeiras, terminando, desta forma, a tramitação dos processos na Correição do Cível, na Ouvidoria da Alfândega e no Juízo da Índia e Mina. Este privilégio é extinto em 12 de março de 1845<sup>17</sup>. Uma outra consequência do tratado e que constitui uma polémica obrigação assumida por Portugal é o da abolição do tráfico de escravos. A abolição do tráfico de escravos é uma questão central nas relações político-diplomáticas entre Portugal e a Grã-Bretanha na primeira metade do século XIX, fruto das pressões britânicas para a abolição do comércio

negreiro 18. Apesar de o tratado de 1810 ter sido declarado nulo pelo Tratado de Viena de 1815, o Brasil já tinha sedimentado as novas regras comerciais e os súbditos britânicos tinham um domínio do comércio e uma influência cada vez maior na política e sociedade brasileira. Não obstante se poder considerar o tratado de 1810 como prejudicial para os interesses económicos portugueses, do ponto de vista político garantiu alguma estabilidade política e proteção internacional em face das ameaças francesas e espanholas aos territórios de Portugal continental e colonial (História Diplomática, 2022)

## **6. Portugal-UK 650**

Portugal-UK 650 constitui uma plataforma que organizou as comemorações do 650º aniversário da Aliança Luso-Britânica em Portugal e no Reino Unido. Portugal-UK 650 organizou mais de 300 atividades e projetos comemorativos em ambos os países em parceria com 210 instituições.

O início da formalização da Aliança Luso Britânica, baseada na paz e amizade perpétua entre os dois países, ocorreu com a assinatura do Tratado de Tagilde em 10 de julho de 1372. A concretização da Aliança ocorreu no ano seguinte, com a assinatura do Tratado de Paz, Amizade e Aliança, selado na Catedral de São Paulo em Londres, em 16 de junho de 1373, pelo Rei Eduardo III da Inglaterra e o Rei D. Fernando e a Rainha D. Leonor de Portugal.

Esta aliança foi renovada no Tratado de Windsor de 1386 e por outros sucessivos tratados ao longo dos séculos.

Para além da celebração das datas mais importantes – os 650 anos do Tratado de Tagilde, a 10 de julho de 2022 e do Tratado de Paz, Amizade e Aliança, a 16 de junho de 2023 – englobou outras iniciativas tais como atividades de cooperação, investigação, educação, cultura, militares e sociais.

O Tratado de Paz, Amizade e Aliança que une Portugal e Inglaterra comemora 650 anos e as celebrações foram todas concentradas na sociedade civil num projeto não lucrativo que arrancou em 2018 com o nome Portugal-UK 650.

O Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, deslucou-se a Londres, para celebrar os 650 anos da aliança luso-britânica juntamente com o Rei de Inglaterra, Carlos III. O evento que celebrava o Tratado de Paz, Amizade e Aliança, selado na Catedral de São Paulo em Londres, em 16 de junho de 1373, pelo Rei Eduardo III da Inglaterra e o Rei D. Fernando de Portugal começou a ser desenhado em 2018 no quadro de um projeto não lucrativo com o nome Portugal-UK 650.

O Portugal-UK 650, foi lançado em julho de 2019 na Capela da Rainha do Palácio de Saint James, em Londres.

O evento que uniu os dois chefes de Estado, ambos patronos da iniciativa, trata-se de uma cerimónia religiosa anglicana e incluirá leituras de textos bíblicos em português e inglês,

bem como música da época em que foi assinado o tratado interpretada por músicos ao vivo e dois coros.

No fim da cerimónia, os governantes tiveram oportunidade de observar, nos *National Archives*, o original do tratado de 1373, que se mantém em vigor até aos dias de hoje.

O projeto Portugal-UK 650 uniu cerca de 210 instituições entre autoridades e sociedade civil, de forma voluntária e desenvolveu mais de 300 atividades em escolas, universidades, hospitais, eventos educativos, palestras e comemorações. Envolveu ainda cerca de 1500 artistas em cerca de 57 projetos e 14 estreias mundiais, além de 240 oradores e académicos das mais variadas instituições.

## Conclusão

As relações entre Portugal e o Reino Unido têm uma longa história, marcada por momentos de cooperação e também de desafios.

O relacionamento entre Portugal e o Reino Unido tem sido historicamente amistoso, mas como em qualquer relação internacional, pode haver áreas de conflito de interesses. Efetivamente foram criados laços ao longo da história entre Portugal e o Reino Unido. O que é considerado a “aliança mais antiga do mundo” e que prometia, nos seus alvares, a entreatjada dos dois países, revelou-se, em algumas situações, um conflito de interesses. Muito embora tenha havido e haja cooperação económica entre os dois países, também houve competição em certos setores, agricultura e indústria. Disputas comerciais ou políticas económicas que favoreceram um país em detrimento de outro. De igual modo, Portugal e o Reino Unido tiveram interesses divergentes em certas regiões, especialmente aquelas onde possuíam territórios ultramarinos, mormente em África.

Ao longo dos séculos foram celebrados diversos tratados, cada um incidindo sobre diferentes assuntos e levantando novas questões. No entanto, por muito que a ajuda militar britânica – à semelhança do que sucedeu durante a invasão francesa – será que, se pesarmos numa balança, os investimentos que Portugal fez para que os seus negócios vingassem realmente compensaram?

No final de contas, e discórdias à parte (sendo a mais conhecida e controversa, o famoso *Ultimatum* que teve origem no Mapa Cor de Rosa), certo é que passadas centenas de anos estes dois países possuem, mantêm, e recentemente renovaram aquela que ainda é a mais antiga aliança no mundo.

Atualmente, essas relações continuam a ser significativas em diversas áreas, apesar das mudanças políticas e económicas que ocorreram na Europa nas últimas décadas.

Portugal e o Reino Unido foram ambos membros da União Europeia (UE), embora o Reino Unido tenha votado para deixar a UE em 2016 e tenha finalizado o processo de saída em 2020 (com o conhecido BREXIT).

Não obstante todos os desentendimentos, ambos os países têm um histórico de cooperação e diálogo para resolver diferenças e encontrar soluções mutuamente benéficas. Por conseguinte, as relações luso-britânicas continuam a ser importantes e

multifacetadas, abrangendo áreas como política, comércio, turismo, cultura, educação e cooperação internacional, mormente no âmbito da NATO.

Num mundo que em que a guerra é uma constante, onde constatamos incessantes usos de *hard power*, com massacres por todo o lado, conflitos no Médio Oriente, anexação de territórios e recorrente violação dos Direitos Humanos, o que é certo é que passaram mais de 650 anos de história de relações bilaterais, o que neste mesmo mundo tão interligado e voltado para a questão das relações internacionais, a longínqua aliança Portugal-Reino Unido é um feito, tendo sido o berço para as relações sólidas que ainda se mantêm.

Finalizo este projeto com uma frase da rainha Elisabete II:

“A antiga Aliança que nos une tem os seus fundamentos no tratado, que foi assinado na cidade de Londres em 1373 e foi confirmado no Tratado de Windsor de 1386. [...] Creio, Senhor Presidente, que a nossa sólida, perpétua e verdadeira liga oferece um exemplo admirável de fidelidade através dos séculos.”

Sua Majestade a Rainha Isabel II por ocasião da visita do Presidente da República de Portugal ao Reino Unido em 1955.

## Bibliografia

Aliança Luso-Britânica - Portugal-UK 650 [em linha], (sem data). *Portugal-Uk 650*. [Consultado em 5 de março de 2024]. Disponível em: <https://portugal-uk650.com/alianca-luso-britanica/#inicio>

*Aliança Luso-Britânica* na Infopédia [em linha]. Porto: Porto Editora. [consult. 2023-12-27 10:45:08]. Disponível em [https://www.infopedia.pt/\\$alianca-luso-britanica](https://www.infopedia.pt/$alianca-luso-britanica)

Almada, J. (1946). *Ministério dos Negócios Estrangeiros, A Aliança Inglesa, Subsídios para o seu estudo, compilados e anotados por José de Almada*. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa.

Azevedo, J. (1947). *Épocas de Portugal Económico* (2.<sup>a</sup> ed.). Lisboa.

Borges, J. (S/d). *História diplomática Portuguesa*. Porto: Instituto da Defesa Nacional.

Correia, F. (1929). *O Tratado de Methuen*. Lisboa, Horizonte Histórico.

Cuttino, G. (1985) – *English medieval diplomacy*. Bloomington, Indiana University Press.

De Aljubarrota ao Mapa Cor-de-Rosa: a boa Inglaterra e a má Inglaterra [em linha], (sem data). *Diário de Notícias*. [Consultado em 5 de março de 2024]. Disponível em: <https://www.dn.pt/mundo/portugal-e-inglaterra-mais-vezes-amigos-do-que-as-avessas-em-nove-seculos-12387590.html>

Epstein, S. (2000). *Freedom and growth: the rise of states and markets in Europe, 1300-1750: Routledge explorations in economic history*. London, Routledge.

Fonseca, L. (1986) – *O essencial sobre o Tratado de Windsor*. Lisboa, Imprensa Nacional – Casada Moeda.

Guedes, A. (1943). *A Aliança Inglesa (Notas de História Diplomática): 1373-1943*. Lisboa, Editorial Enciclopédia.

*História Diplomática*. (s.d.). Portal diplomático. <https://portaldiplomatico.mne.gov.pt/relacoesbilaterais/historia-diplomatica?view=article&id=480:reino-unido&catid=119:relacoes-diplomaticas>

Koshiba, L. ; Pereira, D. (1998). *História Geral e do Brasil*. São Paulo, Editora Atual.

Macedo, J. (1995) – «An Alliance Revisited/Em Revisita a uma Aliança». In Delaforce, A.; Ribeiro, J. S. (coord.) – *Portugal e o Reino Unido: A Aliança Revisitada*, p. 26-31. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

Mattoso, J. (2007). *D. Afonso Henriques*, Lisboa, Temas e Debates.

Olejárová, D. (2019). *O desenvolvimento das relações luso-britânicas desde o século XIV até o fim do século XIX*, Olmouci, Univerzita Palackého V Olomouci.

Portugal-UK 650: Celebrações dos 650 anos da Aliança Luso-Britânica [em linha], (sem data). *Portugal-UK 650*. [Consultado em 5 de março de 2024]. Disponível em: <https://portugal-uk650.com/>

*Tratado de Methuen* na Infopédia [em linha]. Porto: Porto Editora. [consult. 2024-02-22 12:07:54]. Disponível em [https://www.infopedia.pt/artigos/\\$tratado-de-methuen](https://www.infopedia.pt/artigos/$tratado-de-methuen)

Soares Martinez, P. (2010). *História diplomática de Portugal*. 3ª ed. Coimbra: Almedina.

Tyerman, C. (2007). *God's War: New History of the Crusades*. Londres: Penguin.

Vicentino, C. Dorigo, G. (2005). *História Geral e do Brasil*, São Paulo: Editora Scipione.